



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GTO/DREX/SR/PF/ES

ESTUDO PRELIMINAR

Lei nº 14.133/2021 e Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022

Processo nº 08285.009852/2025-91

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Trata-se de aquisição de açúcar cristal de 5kg e adoçante de 100ml com o objetivo de suprir a demanda da Superintendência Regional da Polícia Federal no Espírito Santo - SR/PF/ES e unidades vinculadas.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A Superintendência de Polícia Federal no Espírito Santo e suas delegacias descentralizadas trabalham diuturnamente no cumprimento da sua missão institucional. Por isso, o fluxo diário de pessoas em suas unidades administrativas é alto, em razão do atendimento ao cidadão para dúvidas, peticionamentos, emissão de certidões, além das demandas investigativas e policiais. Ademais, os servidores do órgão exercem suas atividades tanto em horário comercial quanto em regime operacional e escala de revezamento, necessitando, assim, que permaneçam no ambiente de trabalho entre 08 (oito) horas a 24 (vinte e quatro) horas (no caso das escalas de plantão).

2.2. Assim, é imprescindível que os ambientes físicos da SR/PF/ES e de suas unidades disponham de insumos e materiais mínimos que facilitem e proporcionem qualidade de trabalho e melhor atendimento aos cidadãos que procuram este setor público. Essa previsão é comum nos variados órgãos da Administração, em todas as esferas. Destaque-se que o setor privado também dispõe da mesma necessidade, qual seja, ofertar uma estrutura mínima que favoreça a comodidade dos que a frequentam diariamente.

2.3. A aquisição de tais insumos e materiais, a saber, açúcar e adoçante são itens indispensáveis no dia a dia das unidades, a fim de auxiliar no desempenho das atividades laborais pelos servidores e demais colaboradores do órgão, especialmente nas unidades operacionais com turnos de 24 horas.

2.4. Assim, considerando a necessidade de tais itens e que o risco de seu desabastecimento viria a acarretar em consequentes prejuízos ao bom andamento dos trabalhos, faz-se necessária a abertura de novo processo licitatório.

3. ÁREA REQUISITANTE

3.1. NUMAT/SELOG/SR/PF/ES.

3.2. **Responsável:** Robson Cypreste Carneiro **Matrícula PF:** 11.776

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Até a presente data não há edição de Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) por

parte do Órgão, sendo que por isso não há exigências específicas neste tópico.

4.1.2. A aquisição de gêneros alimentícios (itens 1 e 2) não enquadra-se nas hipóteses dos beneficiários consumidores, conforme art. 2º, I do Decreto 11.802/2023 que regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA instituído pela Lei 14.628/2023

4.1.3. Para os itens da presente aquisição, quando solicitado pelo pregoeiro, a licitante, ainda que não seja a fabricante ou importadora, deverá comprovar que o produto atende às normas vigentes relativas a regularização dos alimentos e embalagens, notadamente as regras constantes na [Resolução da Diretoria Colegiada \(RDC\) nº 843/2024](#) e a [Instrução Normativa \(IN\) nº 281/2024](#), que entraram em vigor no dia 1º setembro de 2024, bem como a legislação correlata.

4.1.4. Para os itens da presente aquisição, quando solicitado pelo pregoeiro, a licitante, ainda que não seja a fabricante ou importadora, deverá comprovar que o produto atende os requisitos sanitários, notadamente as regras estabelecidas na [Resolução da Diretoria Colegiada \(RDC\) nº 818/202](#) (adoçante) e [Resolução da Diretoria Colegiada nº 723/2022](#) (açúcar), bem como a legislação correlata.

4.1.5. Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente.

4.1.5.1. Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.

4.1.5.2. São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

- I - lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
- II - lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;
- III - queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
- IV - outras formas vedadas pelo poder público

4.2. A Contratada deverá cumprir, no que couber, aos seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010:

4.2.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

4.2.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.2.3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

4.2.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva *RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances)*, tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.3. Não foram localizados materiais servíveis em consulta prévia ao site governamental <https://doacoes.gov.br> na busca não onerosa de bens visando otimizar a gestão do recurso público com consumo consciente e sustentável.

Indicação de marcas ou modelos

4.4. Na presente contratação não será realizada a indicação de marcas ou modelos.

Subcontratação

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas seguintes razões:

- a) o pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo do objeto;
- b) haverá previsão de sanção para a situação de inexecução do objeto;
- c) tratando-se de fornecimento não há responsabilização subsidiária da administração pelo inadimplemento dos encargos sociais e trabalhistas, como ocorre nos serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra;
- d) não haverá pagamento antecipado; e
- e) aumenta o custo da licitação.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte

4.7. Todos os itens serão destinados à participação exclusiva de ME e EPP, uma vez que seus valores são menores que R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nos termos do inciso I, do art. 48, da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 6º, do Decreto nº 8.538/2015.

Margem de Preferência

4.8. Os objetos da presente contratação não são passíveis de margem de preferência.

Demais requisitos da contratação

4.9. Não será necessária a **transição contratual** com transferência de tecnologia, conhecimento e técnicas empregadas.

4.10. Não será exigida a apresentação de **amostra**.

4.11. Fornecimento de bens novos, de primeiro uso, fabricado de acordo com as normas técnicas vigentes, de boa qualidade e de comprovada aceitação no mercado, não podendo restar dúvida sobre sua origem ou procedência.

4.12. **Prazo de validade mínima** de 12 (doze) meses contados da data da entrega do produto.

4.13. O **prazo de entrega** dos bens é de 30 (trinta) dias, contados da assinatura do Contrato, em remessa única, no seguinte endereço: Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo, localizada à Avenida Delegado Federal Geraldo Guimarães, nº 1, São Torquato, Vila Velha/ES, CEP 29.114-105.

4.14. Será **vedada a participação de empresas reunidas em consórcio**, uma vez que a formação de consórcio, em regra, é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital (Acórdão TCU nº 1316/2010), não sendo este o caso para esta contratação. A participação de empresas reunidas em consórcio poderia, no caso concreto, restringir a competição, uma vez que a reunião de empresas reduziria o número de licitantes que poderiam competir entre si.

4.15. Não será **vedada a participação de pessoa física**, uma vez que a contratação não exige estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico prevista para a execução do objeto, conforme Instrução Normativa SEGES/ME nº 116/2021.

4.16. **Não serão exigidos os requisitos de qualificação econômico-financeira** com fulcro no art. 70, III da Lei 14.133/2021 uma vez que será prevista a entrega imediata dos bens objeto da presente aquisição bem como por tratar-se de bens de valor baixo afastando o risco de descumprimento de

obrigações por parte das empresas contratadas.

4.17. Não serão vedadas a contratação de **marca ou produto**, desde que atendam integralmente as condições, termos e especificações do objeto, bem como legislação e/ou impedimentos impostos pelos órgãos de controle.

4.18. **Documento de Classificação do Produto (item 1):** para fins de contratação será exigido o Documento de Classificação do Produto adquirido, em atendimento à Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, ao Decreto nº 12.709, de 31 de outubro de 2025 e a IN nº 47/2018 MAPA (alterada pela IN 60/2019).

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Em atendimento ao disposto no Art. 44 da Lei 14.133/2021, foram pesquisadas no mercado e em outros órgãos e entidades soluções diversas para a demanda, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração e aos requisitos apresentados no presente estudo. Não foram identificadas hipóteses de locação dos bens objeto da presente aquisição, ocasião em que pode-se confirmar que a compra é a única solução viável e vantajosa à Administração Pública.

5.2. Diversas empresas podem fornecer os materiais pretendidos por se tratar de bens comuns e permanentes facilmente disponíveis no comércio.

5.3. Os bens a serem adquiridos são soluções de mercado comuns para as quais não há grande variabilidade, a não ser no requisito da qualidade, o que, acredita-se, esteja respaldado pela completude das especificações, minimizando o risco de aquisição de itens de qualidade inferior pautados por preço referencial que não se justificaria.

5.4. Foram analisados procedimentos licitatórios anteriores que demonstraram a utilização comum das soluções propostas por diversos órgãos da Administração Pública.

5.5. Registra-se que para o item 1 - açúcar, em atendimento ao artigo 19, §2º, da Lei 14.133/2021, a equipe se orientou pela minuta do Catálogo Eletrônico de Padronização, não havendo, contudo, integral adesão ao texto padronizado, uma vez que a presente aquisição possui itens diversos dos estabelecidos no instrumento padrão.

5.6. Assim, considerando a busca da solução apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso considerando o ciclo de vida dos objetos, nos termos do Art. 11, Inciso I, da Lei n. 14133/2021, pela necessidade da permanência, e pelo princípio da padronização, apresenta-se como mais viável a aquisição dos itens propostos pela Administração com previsão de **fornecimento contínuo**.

5.7. Isso porque os itens em referência — açúcar, adoçante — são bens de consumo de uso rotineiro e essencial nas dependências do órgão, destinados ao atendimento contínuo de servidores, colaboradores e visitantes, no âmbito das atividades administrativas e operacionais.

5.8. Tais materiais são de consumo recorrente, previsível e padronizado, e a necessidade de seu fornecimento se repete de forma permanente ao longo de cada exercício, não havendo perspectiva de descontinuidade no consumo.

5.9. A adoção de contrato plurianual para o fornecimento dos referidos itens apresenta vantagem econômica comprovada em relação à contratação anual, conforme demonstrado a seguir:

5.10. Redução de custos administrativos e operacionais refletindo uso mais racional de recursos humanos e orçamentários com:

5.10.1. Publicações, análises e fases recursais;

5.10.2. Atividades de planejamento, elaboração de termo de referência e atos de adjudicação e homologação;

5.10.3. Demandas de fiscalização, gestão e formalização contratual.

5.11. Aproveitamento de condições comerciais mais vantajosas: a contratação plurianual permite ao fornecedor diluir custos fixos logísticos e de armazenagem ao longo do tempo, resultando em melhores preços unitários ofertados. Além disso, estudos de mercado indicam que contratos com horizonte de fornecimento ampliado reduzem o risco de interrupções e permitam negociação mais favorável de margens.

5.12. Previsibilidade e estabilidade orçamentária: o compromisso plurianual possibilita melhor planejamento de consumo e desembolso, garantindo previsibilidade de preços e volumes, o que minimiza o impacto de oscilações inflacionárias e reduz a necessidade de ajustes emergenciais.

5.13. Mitigação de riscos de desabastecimento: com fornecimento garantido por prazo mais longo, o órgão evita descontinuidade na entrega de itens essenciais ao funcionamento cotidiano, eliminando riscos de falta de insumos e contratações diretas emergenciais (mais onerosas).

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. Conforme levantamento, a solução é a aquisição dos itens descritos abaixo de acordo com suas especificações técnicas delineadas neste estudo, que se tratam de bens cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais no mercado. Sendo assim, deverá ser adotada aquisição por meio de Pregão Eletrônico com fulcro no art. 75, II, da Lei 14.133/2021.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA
------	---------------------------------

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA
1	<p>Açúcar</p> <p>Tipo: pacote</p> <p>Unidade de medida: 5 kg</p> <p>Material: o material da embalagem com contato direto com o açúcar, deverá ser material adequado e observando a legislação específica vigente</p> <p>Rótulo: informações que devem constar:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Classificação: a palavra "Classe", seguida da denominação da classe correspondente; com a denominação do Tipo correspondente; b. A palavra "açúcar" seguida da marca comercial, se houver; c. Identificação do lote; d. Peso líquido; e. Nome empresarial; CNPJ ou CPF; o endereço da empresa embaladora ou do responsável pelo produto; f. Tabela de informação nutricional: deverá constar a tabela com as informações nutricionais, salvo se forem enquadradas em outras situações elencadas no Anexo I da IN nº 75, de 2020, da Anvisa, como nos casos de açúcares em embalagens com superfície visível para rotulagem menor ou igual a 100 cm², por exemplo, sachê de açúcar. g. Prazo de validade: 12 meses contados a partir da data da entrega pelo fornecedor. <p>Além de atender a legislação referente à rotulagem, o produto deverá seguir as normas vigentes referente aos padrões microbiológicos, requisitos sanitários, limites de tolerância para matérias estranhas, entre outras emitidas pelos órgãos competentes.</p>
2	Adoçante tipo sucralose, unidades de 100 ml.

6.2. Em relação ao item açúcar (item 1), além das características acima, deverá cumprir os seguintes requisitos:

6.2.1. **Tipo:** pacote

6.2.2. **Unidade de medida:** 5 kg

6.2.3. **Material:** o material da embalagem com contato direto com o açúcar, deverá ser material adequado e observando a legislação específica vigente

6.2.4. **Rótulo:** informações que devem constar:

- a. Classificação: a palavra "Classe", seguida da denominação da classe correspondente; com a denominação do Tipo correspondente;
- b. A palavra "açúcar" seguida da marca comercial, se houver;
- c. Identificação do lote;
- d. Peso líquido;
- e. Nome empresarial; CNPJ ou CPF; o endereço da empresa embaladora ou do responsável pelo produto;
- f. Tabela de informação nutricional: deverá constar a tabela com as informações nutricionais, salvo se forem enquadradas em outras situações elencadas no Anexo I da IN nº 75, de 2020, da Anvisa, como nos casos de açúcares em embalagens com superfície visível para rotulagem menor ou igual a 100 cm², por exemplo, sachê de açúcar.
- g. Prazo de validade: 12 meses contados a partir da data da entrega pelo fornecedor.

6.2.5. Além de atender a legislação referente à rotulagem, o produto deverá seguir as normas vigentes referente aos padrões microbiológicos, requisitos sanitários, limites de tolerância para matérias estranhas, entre outras emitidas pelos órgãos competentes.

6.2.6. **Cláusulas de Sustentabilidade (para item 1)**

6.2.6.1. Os critérios de sustentabilidade devem abranger cada fase do ciclo de vida do objeto quais sejam: produção, distribuição, uso e destinação final.

6.2.6.2. **Produção:**

- a. Os processos de plantio, colheita e processamento devem atender às exigências sociais, ambientais e econômicas em conformidade aos normativos que tratam do tema.
- b. As embalagens primária e secundária dos produtos devem ser recicláveis e/ou conter percentual de material reciclado em sua composição em observância aos normativos que tratam do tema.

6.2.6.3. **Distribuição:**

- a. Devem ser observados os normativos que dispõem sobre as boas práticas para distribuição e comercialização do **açúcar cristal**.

6.2.6.4. **Uso:**

- a. A forma de consumo do **açúcar cristal** deve evitar desperdício.

6.2.6.5. **Destinação final:**

- a. Deve ser realizado o descarte seletivo das embalagens a fim de favorecer a correta destinação no pós-consumo. A ABNT-NBR 16182:2014 contém a simbologia de identificação dos materiais para o adequado descarte.

6.3. Os objetos, portanto, não se enquadram na categoria de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021 do Governo Federal.

6.4. Todos os equipamentos deverão ser entregues devidamente acondicionadas em **embalagens individuais adequadas**, preferencialmente com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e a armazenagem.

6.5. Não serão vedadas a contratação de **marca ou produto**, desde que atendam integralmente as condições, termos e especificações do objeto, bem como legislação e/ou impedimentos impostos pelos órgãos de controle.

Prazo de entrega e local

6.6. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias contados da assinatura do Contrato em remessa única.

6.6.1. Caso não seja possível a entrega no prazo assinalado, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.6.2. O prazo poderá ser prorrogado após solicitação formal do fornecedor mediante justificativa razoável que deverá ser analisada e aceita pela contratante.

6.6.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo, localizado na Rua Delegado Federal Geraldo Guimarães, 01 - São Torquato, Vila-Velha - ES CEP 29114-105.

6.6.4. O horário de entrega é das 08h às 16h, em dias úteis.

Atividade de custeio

6.7. Trata-se de atividade de custeio nos termos do Decreto 10.193/2019 cujo valor máximo da contratação é R\$ 5.048,01 (cinco mil quarenta e oito reais e um centavo) sendo que a autorização é do Senhor Superintendente Regional na condição de Ordenador de Despesas (Portaria Limites e Instâncias de Governança).

6.8. Nos termos do art. 2º, V, da Portaria ME nº 7.828/2022, consideram-se atividades de custeio, para fins do disposto no art. 3º do Decreto nº 10.193 /2019, aquelas diretamente relacionadas às atividades comuns a todos órgãos e entidades que apoiam o desempenho de suas atividades institucionais, tais como a aquisição, manutenção e locação de veículos, máquinas e equipamentos.

7. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. Conforme levantamento realizado nos Relatórios de consumo (142586450) pelo NUMAT/SELOG/SR/PF/ES foi procedida a compilação de dados e sugestão de compras.

7.2. Em relação aos itens de copa e cozinha e gêneros alimentícios os Relatórios de Consumo traduzem na coluna "Total" um consumo quantitativo anual (01/10/24 a 02/10/2025) em cima do qual foi aplicado uma margem de 20% para se chegar na quantidade a ser adquirida neste processo de aquisição notadamente para os itens açúcar e copos (Tabela 1). A aludida margem leva em conta demandas inesperadas considerando atividades típicas do Órgão, tais como operações, eventos, cursos e aumento de efetivo que podem traduzir em consumo maior dos aludidos itens.

7.3. No que diz respeito ao item adoçante, em que pese o relatório de consumo revelar um consumo mensal de 1,8 unidades por mês, observou-se na prática em entendimento com as copeiras que atendem os 3 andares da Superintendência que o consumo mensal é, em verdade, de uma unidade por mês em cada andar (excluindo-se o quarto andar que possui quantidade reduzida de servidores). A diferença no relatório atribui-se ao fato de que alguns servidores adquiriram por conta própria unidades de adoçante e abasteceram as copas.

Tabela				
MATERIAIS DE COPA E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS				
ITEM	Consumo Mensal	Consumo Total	Margem 20%	TOTAL
Açúcar, tipo cristal, 5 kg,	14,07 Pacotes	183 Pacotes	36,60	220,00 Pacotes
Adoçante tipo sucralose 100 ml	3,00 Unidades	36 Unidades	7,20	43,00 Unidades

7.4. Assim, demanda desta Superintendência se apresenta da seguinte forma:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Açúcar, tipo cristal, 5 kg, composição origem vegetal, sacarose de cana de açúcar	603269	Pacote com 5 quilogramas	220
2	Adoçante tipo sucralose 100 ml	625668	unidade	43

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. Foi realizada a pesquisa de preços, com a finalidade de definir o valor de referência para os itens, em observância ao disposto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 07 de julho de 2021.

8.2. O detalhamento dos valores, método estatístico e a compilação de informações estão descritos na Nota Técnica da Pesquisa de preços (143753243) e compilado no Mapa Comparativo de Preços (143750766).

8.3. **Caracterização das fontes consultadas e justificativa da escolha dos fornecedores, no caso do uso do parâmetro do inciso IV do artigo 5º:**

8.3.1. **Parâmetro I** - Foi realizada pesquisa diretamente dentro do sistema Compras.gov.br no módulo integrado para "Pesquisa de Preços" sendo necessário destacar que foi realizada análise crítica das propostas vencedoras nos certames encontrados a fim de identificar se os produtos possuíam características iguais ou similares aos da presente aquisição. Ao final desta primeira análise não foram identificadas compras públicas que não possuíam relação com os produtos buscados de modo que todos os resultados foram usados após esta consulta/análise.

8.3.1.1. Destaca-se que após a ocorrência fracassada dos itens açúcar e adoçante no Pregão 90005/2025 verificou-se que preços inconsistentes foram usados como parâmetro, pois não refletiam a realidade do mercado das licitações para estes gêneros alimentícios.

8.3.1.2. Desta forma foram excluídas todas as compras públicas que não estavam abrangidas pelo Estado do Espírito Santo, pois verificou-se que, em grande maioria, empresas locais são vencedoras dos pregões/dispensas dos gêneros em questão. Sendo empresas locais, os preços podem ser reduzidos já que os custos com o frete não é fator relevante.

8.3.1.3. Além disso, há diferenças no tratamento dos impostos a depender do Estado onde se dá a compra.

8.3.1.4. Também necessários dizer que inúmeras compras possuem o item açúcar ou adoçante agrupados, o que de certa forma também contribui para preços pouco compatíveis com a realidade do mercado, uma vez que a empresa vencedora pode compensar valores de itens dentro do mesmo grupo.

8.3.1.5. Por todo exposto, optou-se por realizar a pesquisa do parâmetro I utilizando apenas compras públicas realizadas dentro do Espírito Santo.

8.3.1.6. Para o item 2 não foram localizadas compras públicas com base nos critérios acima definidos.

8.3.2. **Parâmetro II** - Também realizada diretamente no sistema Compras.Gov conforme descrito acima.

8.3.3. **Parâmetro III** - Para todos os itens foram realizada buscas em sítios eletrônicos especializados cujos valores estão estampados no Relatório Detalhado do Compras.Gov tomando como base os documentos de suporte extraídos dos sites com data e hora de acesso. Desta forma a pesquisa para estes itens priorizou os parâmetros I e II (quando compatíveis), porém contou com a diversificação do parâmetro III na cesta de preços afastando a aplicação do artigo 6º, §6º da [IN 65/2021](#).

8.3.4. **Parâmetro IV** - Não foram realizadas consultas a fornecedores.

8.3.5. Com base nestes esclarecimentos, fica evidenciados que foram priorizados os parâmetros I e II, conforme dispõe o §1º do art. 5º da [IN 65/2021 SEGES /ME](#).

8.3.6. Ademais, o preço estimado para a contratação considerou o mínimo de três cotações, nos termos do artigo 6º, §5º da [IN SEGES/ME nº 65/2021](#).

8.4. **Série de Preços Coletados**

8.4.1. A planilha contendo os preços coletados bem como os documentos de suporte foram juntados aos autos sob nº SEI 143750505 e 143750752 culminando na cesta que determinou o valor de referência unitário de cada item.

8.5. **Indicação do método estatístico e justificativa para a metodologia utilizada para definição do valor estimado:**

8.5.1. Após realizada a exclusão dos itens incompatíveis, foi iniciada análise do método matemático a ser utilizado em cada item (média, mediana ou menor preço) uma vez que o objetivo é a busca de um valor de referência mais próximo possível da realidade do mercado com objetivo de combater uma compra com sobrepreço e mitigar a ocorrência de um certame deserto/fracassado em razão de preços abaixo da condição real.

8.5.2. Com este escopo foi adotada a medida de dispersão denominada **coeficiente de variação** que fornece a oscilação dos dados obtidos em relação à média. Quanto menor for o seu valor, mais homogêneos serão os dados. Tal índice foi utilizado item a item em cotejo com o **desvio padrão populacional** observado.

8.5.3. Segundo o Manual de Licitações e Contratos do TCU, 5ª Edição disponível em <https://licitacoescontratos.tcu.gov.br/>, "O coeficiente de variação é considerado baixo quando apresentar percentual igual ou inferior a 25%, sendo nesse caso indicada a média como critério de definição do valor de mercado. Se ele for superior a 25%, o coeficiente indica a presença de valores extremos afetando a média, situação em que se recomenda o uso da mediana como critério de definição do preço médio."

8.5.4. Desta forma, nos itens 1 e 2 verificou-se inicialmente um coeficiente de variação < 25% sendo que , por isso, adotou-se a média como critério de definição do valor de referência.

Item 1 - CV 21,47% Método Matemático = Média - R\$ 20,00

Item 2 - CV 9,48% Método Matemático = Média - R\$ 15,07

8.5.5. Assim, o valor final incidiu sobre uma cesta de preços diversificada e homogênea, formada pelo conjunto mínimo de três preços refletindo adequadamente o mercado e assegurando o efetivo cumprimento, dentre outros, dos princípios da economicidade e da eficiência, resultando em um valor de referência global de R\$ 5.048,01 (cinco mil quarenta e oito reais e um centavo).

8.6. **Memória de cálculo do valor estimado e conclusão**

8.6.1. O preço estimado da contratação é **R\$ 5.048,01 (cinco mil quarenta e oito reais e um centavo)**.

8.6.2. A memória de cálculo deu-se por meio do Relatório detalhado emitido no próprio sistema Compras.gov.br (143750752) no módulo integrado para "Pesquisa de Preços" com a inclusão dos preços coletados em aquisições similares, cotações em mídia ou sites especializados.

8.7. Após a realização de pesquisa de preços em conformidade com a IN Seges/ME nº 65/2021, certifica-se que o preço estimado para a presente contratação é compatível com os praticados no mercado.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ANUAL/TOTAL	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Açúcar, tipo cristal, 5 kg, composição origem vegetal, sacarose de cana de açúcar	603269	Pacote com 5 quilogramas	220	R\$ 20,00	R\$ 4.400,00
2	Vidros de adoçante tipo sucralose 100 ml	625668	unidade	43	R\$ 15,07	R\$ 648,01
Total						R\$ 5.048,01

Publicidade do Orçamento

8.8. A Administração não adotou o Orçamento Sigiloso. A opção pela divulgação do orçamento tem por finalidade garantir a observância do princípio da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa, da transparência e da publicidade, por meio do conhecimento do preço de referência e dos critérios de aceitabilidade de preços por parte de todos os licitantes.

8.9. Será adotado como critério de julgamento o **menor preço** para definição da proposta mais vantajosa para a Administração, uma vez que para esta contratação, o preço é fator mais relevante para a seleção de propostas. Isso não significa que deixará de ser observada a compatibilidade entre o preço nominalmente menor e o valor de mercado, bem como o atendimento dos parâmetros de qualidade definidos no edital de licitação.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Princípio do parcelamento

9.1. De acordo com o art. 40, V, *b* da Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), as compras atenderão ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

9.2. No caso em tela, o parcelamento do objeto em itens se mostra tecnicamente viável e não representa perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU), bem como visa a ampliação da concorrência e economicidade do contrato.

Princípio da padronização

9.2. As licitações também atenderão ao princípio da padronização, conforme art. 47, I, da Lei nº 14.133/2021, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho. Em consulta ao Catálogo Eletrônico de Padronização (<https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogoeletronico-de-padronizacao/catalogo-eletronico-de-padronizacao>), no dia 06/11/2025, identificou como itens padronizados apenas "Água mineral natural, sem gás" e "Café e açúcar", não sendo identificada a padronização para os demais itens objeto desta contratação.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. Não foram encontradas contratações correlatas e/ou interdependentes, uma vez que a demanda da aquisição dos bens objeto desta aquisição se bastam.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

11.1. A aquisição proposta está alinhada ao Plano de Contratações Anual 2025 da SR/PF/ES (UASG 200352), especificamente às contratações Contratação 90023/2025 DFD - 35/2024.

12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

12.1. Como resultado a ser alcançado com a presente contratação, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis, almeja-se a adequação das condições de atuação dos policiais da Superintendência Regional da Polícia Federal, visando, especialmente, garantir bem estar do efetivo e do público externo bem como a segurança das instalações.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

13.1. Não há providências adicionais a serem tomadas com relação a aquisição do objeto em tela.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. Para esta contratação foram previstos critérios e práticas de sustentabilidade, a fim de atender as demandas sem infringir a legislação ambiental aplicável.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

15.1. Diante do exposto neste Estudo e por haver previsão no Plano Anual de Contratações desta SR/PF/ES, existindo disponibilidade orçamentária, é declarada **viável** a contratação.

16. RESPONSÁVEIS

16.1. Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

16.2. A Equipe de Planejamento da Contratação:

BRENO ALMEIDA DE MORAIS

Agente de Polícia Federal
NUMAT/SELOG/SR/PF/ES

ROBSON CYPRESTE CARNEIRO

Agente Administrativo
NUMAT/SELOG/SR/PF/ES

THUANE BROEDEL ANDRADE

Escrivã da Polícia Federal.
CPL/SELOG/SR/PF/ES

C



Documento assinado eletronicamente por **ROBSON CYPRESTE CARNEIRO**, **Agente Administrativo(a)**, em 02/12/2025, às 13:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **THUANE BROEDEL ANDRADE**, **Escrivão(ã) de Polícia Federal**, em 02/12/2025, às 14:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **BRENO ALMEIDA DE MORAIS**, **Agente de Polícia Federal**, em 02/12/2025, às 13:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=143753423&crc=E56FE644)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=143753423&crc=E56FE644](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=143753423&crc=E56FE644).

Código verificador: **143753423** e Código CRC: **E56FE644**.

Referência: Processo nº 08285.009852/2025-91

SEI nº 143753423